ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO CONSÓRCIO INTERESTADUAL DA AMAZÔNIA LEGAL

Aos 14 dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, às dez horas (horário de Cuiabá), realizou-se em formato presencial, a 2ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração do Consórcio Interestadual de Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal, estando presentes o Presidente do Conselho e Secretário Executivo do Consórcio, Sr. Marcello Silva do Amaral Brito, o Conselheiro titular e Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Acre, Sr. Ricardo Brandão dos Santos, o Conselheiro Titular e Secretário de Estado de Meio Ambiente do Amazonas, Sr. Eduardo Costa Taveira, o Conselheiro Titular e Secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais do Maranhão, Sr. Pedro Carvalho Chagas, a Conselheira Suplente e Assessora da Governadoria do Maranhão Srª Leilivania Lima da Silva, o Conselheiro Titular e Secretário de Estado de Planejamento e Gestão do Mato Grosso, Sr. Basílio Bezerra Guimarães dos Santos, o Conselheiro Titular e Coordenador do Núcleo de Relações com os Municípios da Casa Civil do Estado do Pará, Sr. Josenir Gonçalves Nascimento, o Conselheiro Titular e Secretário de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária Sr. David Inácio dos Santos Filho, o Conselheiro Suplente e Secretário de Estado da Saúde Sr. Jefferson Ribeiro da Rocha, o Conselheiro Titular e Secretário de Estado da Agricultura, Desenvolvimento e Inovação de Roraima, Sr. Márcio Glayton Araújo Grangeiro, a Diretora Administrativa do Consórcio, Sr.ª Vanessa Duarte Emenergildo, a Coordenadora de Projetos do Consórcio, Sr.ª Beatriz Sakuma Narita e a Auxiliar técnica do Consórcio, Sr.ª Gercilania Floriano da Silva, para discutir e deliberar sobre os seguintes pontos de pauta:

1. -Deliberações sobre a criação da Câmara Setorial de Agricultura e Economia Verde e da Câmara Setorial de Cultura;

2. -Composição dos novos Conselheiros Fiscais (titular e suplente)

Inicialmente o Conselheiro Presidente, Sr. Marcello Brito, rememorou os encaminhamentos da reunião anterior do Conselho, onde informou que todos os documentos solicitados foram encaminhados aos Conselheiros via e-mail e no grupo de WhatsApp sendo eles:1 - Prestação de contas da COP27; 2 - Proposta da FDC;3 - Relatório

de Gestão Exercício 2022 protocolado junto ao TCE/AP; 4 - Planilha dos custos de diárias do consórcio referente ao exercício de 2022 incluindo a COP27; e 5 - Formalizar via ofício a indicação de titular e suplente para o conselho fiscal

1. Deliberações sobre a criação da Câmara Setorial de Agricultura e Economia Verde e da Câmara Setorial de Cultura.

Presidente Marcello Brito/Secex: ressaltou que os representantes das pastas de Agricultura e de Cultura se mobilizaram e procuraram o Consórcio por iniciativa própria, enxergando a autarquia como instituição capaz de apoiar seus interesses comuns onde foi feita a propositura da criação de uma Câmara Setorial para ambas as pastas.

Conselheiro Eduardo Taveira/AM: perguntou se a Câmara Setorial de Agricultura e Economia Verde também terá representantes das Secretarias de Indústria, levando-se em consideração que o termo "Economia verde" é mais amplo.

Presidente Marcello Brito/Secex: em resposta ao Secretário Eduardo, informou que, a princípio, apenas titulares das pastas de agricultura e agricultura familiar. Acha que, de qualquer forma, as questões são transversais também a outros pontos como meio ambiente e institutos de terra. Isso também envolverá gestão orçamentária/fazenda. O Consórcio garantirá a interlocução entre as diversas áreas que tratam de temas correlatos.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: destacou que o CAL também tem outras Câmaras Setoriais que merecem atenção e há outras pastas que também poderiam ter Câmaras no âmbito do CAL. Destacou a pasta de Infraestrutura, pensando no PPI. Sugeriu marcarmos uma agenda da Câmara Setorial de Infraestrutura, oferecendo aos estados de 2 a 3 vagas. Sugeriu também uma Câmara Setorial temporária voltada para a COP30.

Equipe Secex: foi esclarecido que não existe uma Câmara Setorial de Infraestrutura no âmbito do Consórcio da Amazônia, sendo que o Projeto de infraestrutura, que contava com a coordenação do Sr. Ted Lago, ex-Presidente do Porto de Itaqui/MA transitou no âmbito da Câmara Setorial de Planejamento e Gestão Estratégica.

Não houve manifestação dos demais conselheiros acerca da propositura de criação de uma Câmara Setorial temporária sobre a COP30.

Conselheiro Ricardo Brandão/AC: considerou salutar a criação das Câmaras Setoriais de Agricultura e Economia Verde. Mencionou que o Acre está desenvolvendo um Plano de Desenvolvimento de Fronteira e discussão sobre política de desenvolvimento regional. Os temas como agricultura, meio ambiente, segurança e outros. podem estar todas atreladas nesse sentido. Acha importante tratarmos também sobre PSA e crédito de carbono na câmara setorial que aborda a nomenclatura de economia verde.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: informou que o Mato Grosso também participa do Consórcio Brasil Central - BrC. Acha que todas as Câmaras precisam ter entregas efetivas, com resultados pontuais.

Presidente Marcello Brito/Secex: concordou com o posicionamento do Conselheiro Basílio de que precisamos ter entregas concretas e que não podemos ter Câmaras inertes. Ressaltou a quantidade de agendas realizadas com o Governo Federal, bancos e potenciais parceiros, onde mesmo com equipe muito pequena, estamos reforçando a presença institucional do CAL junto a essas instituições , parceiros e até mesmo dos próprios estados consorciados que encontram-se dispersos e sem pertencimento. Também mencionou sobre o objetivo das agendas do 25º Fórum, especialmente a Oficina com os Secretários de Meio Ambiente, Agricultura e Institutos de Terra. Mencionou a intenção em formar um GT para a COP28. Acha importante não termos agendas concorrenciais.

Conselheiro Eduardo Taveira/AM: acha importante a atuação do Conselho. Há demandas tramitando no Congresso que nos afetam diretamente. 1) O PL do Mercado de carbono será prejudicial aos estados, caso seja apresentado assim. Acha salutar que podermos realizar agenda com relatores etc. sobre esse PL, junto ao deputado Marcelo Ramos. 2)falar sobre o CAR, que passou do SFB para o Ministério de Gestão. Possibilitam aumento de grilagem e processo produtivo. 3) Lei de licenciamento ambiental: afetará os estados da Amazônia. Temos a chance de termos mecanismos de modernização de

licenciamento ambiental, ou criar uma estrutura que não se conecta à realidade da Amazônia.

Conselheiro Suplente Jefferson Rocha/RO: como representante da Câmara Setorial de Saúde, acha importante utilizarmos o espaço para tratar algumas questões integradas de saúde nesta região. Rondônia hoje é polo central de apoio ao Acre, sul do amazonas, e outros

Conselheiro Pedro Chagas/MA: reforçou a fala do Secretário Eduardo Taveira, no sentindo de utilizarmos o espaço do CAL para podermos apresentar posicionamento dos estados junto à Câmara dos Deputados e Governo Federal em relação ao PL de Mercado de Carbono, PL de Licenciamento Ambiental e transferência do CAR.

Presidente Marcello Brito/Secex: agradeceu a fala dos Conselheiros e informou que tem buscado soluções para as demandas de forma conjunta de modo que, na medida em que o CAL é demandado, correremos atrás para realizar os apontamentos. Considerou prejudicial a forma como está sendo direcionado o mercado de carbono para as atividades industriais.

Conselheiro Eduardo Taveira/AM: acha que, quanto mais em bloco atuarmos, melhor será, sendo que da parte do Amazonas, há preferência pela atuação conjunta via Consórcio Amazônia Legal.

Conselheiro Ricardo Brandão/AC: sugeriu colocarmos fala do presidente do CAL em relação às questões apontadas sobre o mercado de carbono. Os estados estão desenvolvendo trabalhos interessantes sobre o assunto, mas o PL de mercado de carbono e outros pontos desenvolvidos pelo governo federal vão em desencontro.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: acha importante essa interlocução com Governo Federal, justamente para evitar esses desencontros mencionados pelo Conselheiro Ricardo Brandão. Um exemplo, é a discussão sobre a formulação do PAC. O anúncio de Belém como anfitriã da COP30 pode ser considerada uma entrega do CAL, levando em consideração que as relações sobre essa questão foram discutidas no Hub da Amazônia

Legal na COP27, em Sharm el Sheikh. Sobre compras compartilhadas, acha importante avançarmos nessas duas áreas.

Por questão de ordem, o Secretário Executivo Marcello Brito solicitou que todos os conselheiros manifestassem de forma individual sobre a criação da Câmara Setorial de Agricultura e Economia Verde e da Câmara Setorial de Cultura. no âmbito do Consórcio, o que foi consentido e deliberado por unanimidade.

2. Composição dos novos Conselheiros Fiscais (titular e suplente)

Diretora Vanessa Duarte/Secex: explicou a necessidade de serem nomeados novos conselheiros fiscais, em atenção ao estatuto, uma vez que não podem ser do mesmo estado do Presidente do CAL, sendo necessária a alteração imediata dos membros do estado do Pará, por força das disposições contidas no parágrafo segundo do artigo 33 do Estatuto do CAL.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: registrou seu agradecimento ao Conselheiro Fiscal do Estado do Pará pelos trabalhos desenvolvidos. Dr. Arthur.

Conselheiro Ricardo Brandão/AC: informou que já solicitou ao gabinete o nome de representantes do Acre para o Conselho Fiscal (titular e suplente).

Presidente Marcello Brito/Secex: acerca do Jeton para o Conselho Fiscal, informou que foi realizada uma pesquisa de preços para entender qual seria o valor praticado em outras instituições públicas no âmbito dos Estados consorciados. O processo do Consórcio BrC - Está na PGE/MT para análise: onde ficou definido 10% do valor do salário do Secretário Executivo para reuniões ordinárias e 5% para reuniões extraordinárias e propôs que o Consórcio da Amazônia seguisse o mesmo modelo, o que foi acolhido por unanimidade.

Diretora Vanessa Duarte/Secex: Informou que os Estados do Mato Grosso e Tocantins apresentaram por meio de Ofício indicação de colaboradores dos estados para compor o Conselho Fiscal.

Após discutir a necessidade de alteração, restou deliberado pelo Conselho de Administração a alteração do corpo técnico do Conselho Fiscal para um novo mandato

de 2 dois anos a ser composto pelos estados do Acre, Mato Grosso e Tocantins, conforme indicações encaminhas via ofício.

OUTROS ASSUNTOS DISCUTIDOS:

1. Transição Energética

Presidente Marcello Brito/Secex: Trouxe alguns dados, informando que as doações feitas à Colômbia foram 6x maiores do que o Brasil e que a África do Sul também recebeu 8x mais recursos que o Brasil para transição energética. Estamos passando por uma transição de soluções baseadas na natureza para soluções baseadas em ciência e a depender do nosso ritmo atual, ficaremos para trás. Reforçou a necessidade de alinharmos questões como regularização fundiária, ambiental, governança. para criarmos ambiente atrativo para investimentos.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: perguntou sobre o status dos trabalhos envolvendo o Fundo MPTF, uma vez que acompanhou entre janeiro e abril a importância desse trabalho.

Presidente Marcello Brito/Secex: informou que a nomeação do Governo Federal está demandada ao embaixador André Corrêa do Lago e solicitaram a indicação de dois nomes. Um membro necessariamente deve ser do Itamaraty e a outra indicação, o CAL e a ONU sugeram um representante do MDR. Mencionou que levou a questão à Embaixada da França, que achou interessante, informou que se encontrará com embaixador André Correia do Lago novamente na segunda-feira, para reforçar.

Conselheiro Eduardo Taveira/AM: sobre as oportunidades perdidas em termos de financiamento pelo Brasil na 1ª década do milênio, pesou a questão de que o Brasil deixou de ser um país pobre para ser um país rico. Surpreendeu-se com os números relacionados à África do Sul. A Amazônia está longe da realidade do sudeste brasileiro e precisamos trabalhar sobre isso. Investidores estrangeiros não gostam do modelo centralizador do Governo, que exige alinhamento com Itamaraty. Um exemplo é o Fundo Amazônia, onde a execução dos recursos é extremamente demorada.

À época de criação do CAL, quando foram discutidas questões de recepção de investimentos, pensava-se em um fluxo mais acelerado. Se tivermos plano, governança e meta, conseguiremos ampliar essas captações.

Presidente Marcello Brito/Secex: Informou que está trabalhando para apresentar via CAL, um evento com BNDES (Finance Day), ampliando para fundos internacionais, bancos, filantrópicas etc. O BNDES não acatou e deseja fazer à parte. Não sabe se seria prudente realizarmos isso durante a Cúpula, por questões de logística (hospedagem e passagens aéreas). Assim, nossa ideia é fazermos um evento no dia 10/08. Todavia, ainda não obtivemos retorno.

Conselheiro Ricardo Brandão/AC: todos os estados e o Governo Federal estão elaborando seus PPAs. Os planos oficiais de governo não dialogam com os PPAs e isso não é bem-visto pelos investidores. Precisamos pensar no que queremos para a Amazônia e como o CAL terá sua participação nos PPAs. Acha importante termos pelo menos duas iniciativas estratégicas regionais inseridas no PPA do Governo Federal.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: Belém recepcionará, entre 03 e 04 de agosto, uma reunião de prefeitos, criando o Fórum de Autoridades da Amazônia. Acredita que utilizamos muito pouco a OTCA. Poderíamos nos integrar às embaixadas dos países pan-amazônicos. Sugeriu realizarmos uma reunião do CAL sobre financiamento em outra cidade do Pará. Mencionou um resort em Salinas, que possuem quantidade suficiente de quartos. Salinas também está com aeroporto com capacidade para receber pouso de boeing.

Presidente Marcello Brito/Secex: acha importante tratarmos sobre esse assunto com representantes da Prefeitura de Belém e do Governo do Estado.

2. Pagamentos Contrato de Rateio dos Estaduais ao Cal

Presidente Marcello Brito/Secex: apresentou aos Conselheiros o status atual e manifestou preocupação quanto às pendências de pagamento dos Estados do Amapá, Roraima e Maranhão, solicitando ajuda dos Conselheiros dos respectivos estados na mobilização para a quitação dessas dívidas.

2**. Orçamento da COP28**

Presidente Marcello Brito/Secex: Informou que foi realizado estimativa para implementação e execução do Hub da Amazônia Legal na COP28 em Dubai, sendo o Custo aproximado de R$3 milhões. Informou que a ideia é ter um espaço maior do que o ano passado, sendo dividido em 3 salas de reuniões e 1 mini-auditório, além de contar com uma estrutura com produção, comunicação e transmissão. Apresentou a ideia de que os eventos da manhã sejam destinados aos parceiros e os eventos da parte da tarde aos estados. Informou ainda que estamos buscando patrocínios, de forma que todo o custeio da estruturação do Hub possa ser via parceiros e não recursos do CAL, informou ainda que não tem medido esforços para angariar recursos também para custeio de passagens e hospedagens para membros do Consórcio.

Conselheiro Josenir Nascimento/PA: sugeriu que, caso o Consórcio consiga esse apoio, que os Conselheiros sejam priorizados para que possam além de ajudar na agenda, realizar reunião ordinária do Conselho na COP28. Pediu para que considere essa possibilidade tendo em vista que o Brasil sediará a COP30, e que é de grande importâncias os Conselheiros terem noção da Magnitude desse evento.

Presidente Marcello Brito/Secex: esclareceu que o evento trata-se de uma conferência do Clima e entende que a prioridade do apoio deve ser dada as Secretarias de Meio Ambiente dos estados da Amazônia Legal, pois são eles os carregadores dos Recursos e projetos dos Estados.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: considerou que entende que a questão do evento iminentemente é voltado para o clima, todavia, concorda com o posicionamento do conselheiro Josenir pois acha que em determinado momento o Conselho de Administração tem um nível relevante de ações que propulsam as atividades finalísticas, e descorda com a posição do Presidente Marcello, complementou que em relação ao Orçamento, fez uma conta rápida e custa R$55.000,00 a estadia e passagem, e talvez um adicional de diária, totalizando uns R$60.000,00 por pessoa e que o Consórcio tem previsão de recursos orçamentários na casa dos R$5.000.000,00 para o exercício de 2023.

Presidente Marcello Brito/Secex: Informou que o Consórcio não possui Orçamento de R$5.000.000,00 de reais para gastar com a COP28 e sim para os custos Administrativos do Consórcio, inclusive a folha de pagamento dos servidores, pontuou inclusive que o orçamento foi aprovado pelo Conselho.

Diretora Vanessa Duarte/Secex: informou que os recursos do CAL previstos no orçamento para a COP28 são na casa de R$1.119.000,00, complementou que o Consórcio está buscando parceria para captar os R$ 3.000.000,00 estimados.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: Sugeriu que abrisse uma contribuição extra para o Estado via Consórcio, para que o Estado banque essa viagem para os Conselheiros que tenham o interesse de viajar e possa participar.

Coordenadora Beatriz Narita/Secex: Deixou como Observação a lista das Delegações dos Estados que participam da COP, é passado pelo crivo das chefias de gabinete dos Governadores, e todos os representantes que já participaram foram indicados pelos seus respectivos Governadores. E complementou que o que talvez o Consórcio possa fazer é um Ofício para os Gabinetes das Governadorias, indicando os Conselheiros que o Consórcio acha pertinente a participação na COP28, para a Decisão dos Governadores.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: Acha que deve deixar em aberto dentro do Consórcio no ponto de vista da Gestão Administrativa, a possibilidade daqueles Conselheiros que tiverem interesse em ir para a COP28, o Consórcio poder custear isso mediante reembolso ou repasse e contribuição extra dos Estados.

Diretora Vanessa Duarte/Secex: Sugeriu fazer um rateio específico para esse fim, onde os Estados assinam o contrato de Rateio específico e repassa o recurso para o Consórcio.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: Propôs que crie uma contribuição extraordinária com o custo já pré-definidos, para aqueles Conselheiros que tenham interesse em ir para COP28, onde o Consórcio possa levantar os valores de custeios com passagem, estadia e diárias, para que os Estados possam fazer o repasse. Sugeriu também como pauta a ser discutida que para os próximos orçamentos é preciso prever a participação dos Conselheiros de Administração em outros eventos.

Conselheiro Ricardo Brandão/AC: Complementou a fala do Conselheiro Basilio e enfatizou que defende 100% o posicionamento do Taveira que é importante que os membros do Conselho, não todos, mas que se divida um percentual do conselho, para que em 2025 todos que estejam acompanhando esse grupo estejam cientes do cenário Nacional e Mundial como ficaria facultativo ao Estado optar pela criação do valor, não vê como prejuízo

Conselheiro Eduardo Taveira/AM: Sugeriu que o Marcello tenha uma conversa com o Aragon para alinhar isso, pois o GCF já está correndo atras de diárias e passagens para ajudar no custeio dos Secretários de Meio Ambiente e suas equipes.

Presidente Marcello Brito/Secex: Informou que já se reuniu com a Collen e que após essa reunião, realizaremos uma agenda entre CAL e GCF para alinhar uma série de ações.

Conselheiro Basílio Bezerra/MT: Reforçou o pedido para que o Consórcio informe por meio de Ofício para cada Conselheiro, que o custo da viagem dele para a COP28 pelo Consórcio será de x valor e caso o Conselheiro tenha interesse o mesmo tem que apresentar uma contribuição extraordinária até dia tal.

Diretora Vanessa Duarte/Secex: trouxe a memória que no ano passado, quando o Consórcio decidiu ter um espaço próprio na COP27, a decisão foi tomada pelo Conselho com base no superávit do exercício anterior, e na discussão foi posto que naquele ano o Consórcio utilizaria o superavit e que para a COP de 2023 seria realizado um Rateio Extra por parte dos Estados para pagamento da estruturação do Hub, todavia, como o Consórcio recebeu bastante recurso de doação, entendeu-se que inicialmente não haveria a necessidade de pagamento extra por parte do Estado para o custeio do Hub da Amazônia Legal. Relembrou essa memória para que esse ano quando o Conselho fizer a Reunião para discussão do Orçamento para 2024, não esqueçam de incluir a possibilidade de um rateio extra para o custeio da COP29 como um todo já que o Consórcio viabiliza a Estrutura.

Conselheiro David Inácio/RO: considerou que foram eleitos diversos projetos prioritários no início do CAL. Acha importante efetivamente reduzirmos a quantidade de projetos para entregarmos resultados. Também acha importante que Marcello visite os

estados consorciados. Fizeram acordo com exército para georreferenciamento em APAs e UCs do estado de Rondônia. O estado precisa de apoio.

Diretora Vanessa Duarte/Secex: informou ao Conselheiro Davi e aos demais, que o contrato com a Fundação Dom Cabral, para revisão e atualização do planejamento estratégico do Consórcio foi assinado na semana anterior, e que os trabalhos serão iniciados de forma imediata, assim, todos os conselheiros terão oportunidade de contribuir no realinhamento das ações e projetos prioritários do Consórcio.

4.ENCAMINHAMENTOS

Ao final, registrou-se os seguintes encaminhamentos:

1) Ficou deliberado pelos Conselheiros presentes a Criação das Câmaras Setoriais de Agricultura e Economia Verde e de Cultura e Economia Criativa.
2) Ficou deliberado pelos Conselheiros presentes uma nova composição do Conselho Fiscal, a ser composta por representantes dos estados do Mato Grosso, Acre e Tocantins, pelo período de 2 anos.
3) Ficou definido que o valor do Jeton do Conselho Fiscal do Consórcio da Amazônia seguirá os mesmos moldes definidos pelo Consórcio Brasil Central, a ser formalizado via resolução.
4) Secex enviará Ofício Circular ao Conselho de Administração, com valores estimados de custeio de viagem para participação na COP28, de forma que o Estado faça um repasse extraordinário para o Consórcio por meio de Contrato de Rateio,

A reunião terminou no dia 14 de junho às 12h00 e eu, Vanessa Duarte Emenergildo, Diretora Administrativa do Consórcio, lavrei a presente ata, a qual será assinada por quem de direito.

Cuiabá, 14 de junho de 2023.

MARCELLO BRITO
Secretário-Executivo
Presidente do Conselho

RICARDO BRANDÃO DOS SANTOS
Conselheiro Titular -
Governo do Estado do Acre

EDUARDO COSTA TAVEIRA
Conselheiro Titular
Governo do Estado do Amazonas

PEDRO CARVALHO CHAGAS
Conselheiro Titular
Governo do Estado do Maranhão

LEILIVANIA LIMA DA SILVA
Conselheira Suplente
Governo do Estado do Maranhão

JOSENIR GONÇALVES DO NASCIMENTO
Conselheiro Titular
Governo do Estado do Pará

BASÍLIO BEZERRA GUIMARÃES DOS SANTOS
Conselheiro Titular
Governo do Estado de Mato Grosso

DAVID INÁCIO DOS SANTOS FILHO
Conselheiro Titular
Governo do Estado de Rondônia

JEFFERSON RIBEIRO DA ROCHA
Conselheiro Suplente
Governo do Estado de Rondônia

MARCIO GLAYTON ARAÚJO GRANGEIRO
Conselheiro Titular
Governo do Estado de Roraima

SIG·Docs Autenticação Eletrônica

Cód. verificador: 172214168. Cód. CRC: 0995F5F
Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BRANDÃO DOS SANTOS**, SECRETÁRIO DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO DO ESTADO DO ACRE, em 02/08/2023, **MARCELLO SILVA DO AMARAL BRITO**, SECRETÁRIO EXECUTIVO DO CONSÓRCIO AMAZÔNIA LEGAL, em 02/08/2023 e outros, conforme decreto nº 0829/2018. A autenticidade do documento pode ser conferida no site: https://sigdoc.ap.gov.br/autenticador